

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
 1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
 2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
 3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
 1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
 2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
 3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2018

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PMDB – PT – PRB – PR – PCdoB – Avante – PROS)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputado Arnaldo Silva Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – Podemos – PTC)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Antonio Lerin Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PP – PTB – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Gustavo Santana

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Podemos – BCMG	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
	BVC	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bosco	Avante – BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	Avante – BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
	BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Podemos – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG
Deputado André Quintão	PT – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
	BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Bosco	Avante – BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	Avante – BMM	
	BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
	BMM	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
	BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Léo Portela	PR – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	

Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	

Deputado Gil Pereira	PP – BVC
----------------------	----------

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

- 1 – RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 4.1 – Comissão
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Agostinho Célio Andrade Patrus (PV)

* Agostinho Patrus Filho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

André Quintão Silva (PT)

* André Quintão

Anselmo José Gomes Domingos (PTC)

* Anselmo José Domingos

Antonio Carlos Arantes (PSDB)

* Antonio Carlos Arantes

Antônio dos Reis Gonçalves Lerin (PSB)

* Antonio Lerin

Antonio Jorge de Souza Marques (PPS)

* Antonio Jorge

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Arlete Gonçalves Santos Magalhães (PV)

* Arlete Magalhães

Arnaldo Silva Júnior (PR)

* Arnaldo Silva

Braulio José Tanus Braz (PTB)

* Braulio Braz

Carlos Henrique Alves da Silva (PRB)

* Carlos Henrique

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Cassio Antonio Ferreira Soares (PSD)

* Cássio Soares

Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira (PMDB)

* Celise Laviola

Cristiano Tadeu da Silveira (PT)

* Cristiano Silveira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dirceu dos Santos Ribeiro (Podemos)

* Dirceu Ribeiro

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edvaldo Piccinini Teixeira (PSB)

* Coronel Piccinini

Elismar Fernandes Prado (PDT)

* Elismar Prado

Emidio Alves Madeira Junior (PSB)

* Emidinho Madeira

Fabiano Galletti Tolentino (PPS)

* Fabiano Tolentino

Fábio José de Oliveira (Avante)

* Fábio Avelar Oliveira

Felipe José Fonseca Attiê (PTB)

* Felipe Attiê

Frederico Borges da Costa (PEN)

* Fred Costa

Geisa Gomes Pereira Teixeira (PT)

*Geisa Teixeira

Gilberto Aparecido Abramo (PRB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gláycion Moreira Franco (PV)

* Gláycion Franco

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PSDB)

* Gustavo Valadares

Gustavo de Faria Dias Corrêa (DEM)

* Gustavo Corrêa

Gustavo de Vasconcellos Moreira (PR)

* Gustavo Santana

Hely Tarquínio (PV)

* Hely Tarquínio

Inácio Franco (PV)

* Inácio Franco

Ione Maria Pinheiro (DEM)

* Ione Pinheiro

Iran Almeida Barbosa (PMDB)

* Iran Barbosa

Isauro José de Calais Filho (PMDB)

* Isauro Calais

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jean Mark Freire Silva (PT)

* Doutor Jean Freire

Jeferson Douglas Soares Estanislau (PMDB)

* Douglas Melo

João Bosco (Avante)

* Bosco

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

João Lúcio Magalhães Bifano (PMDB)

* João Magalhães

João Vítor Xavier Faustino (PSDB)

* João Vítor Xavier

José Bonifácio Mourão (PSDB)

* Bonifácio Mourão

José Célio de Alvarenga (PCdoB)

* Celinho do Sinttrocel

Júlio César Gomes dos Santos (PMDB)

* Cabo Júlio

Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PSD)

* Lafayette de Andrada

Leandro Andrade Genaro Oliveira (PSD)

* Leandro Genaro

Leonardo Morreale Diniz Portela (PR)

* Léo Portela

Leonídio Henrique Correa Bouças (PMDB)

* Leonídio Bouças

Luiz Fábio Cherem (PSD)

* Fábio Chereim

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Sávio de Souza Cruz (PMDB)

* Sávio Souza Cruz

Luiz Tadeu Martins Leite (PMDB)

* Tadeu Martins Leite

Márcio José Machado Oliveira (PR)

* Missionário Marcio Santiago

Marília Aparecida Campos (PT)

* Marília Campos

Mário Henrique da Silva (PV)

* Mário Henrique Caixa

Nacib Duarte Bechir (PSD)

* Duarte Bechir

Neilando Alves Pimenta (PP)

* Neilando Pimenta

Noraldino Lucio Dias Júnior (PSC)

* Noraldino Júnior

Paulo José Carlos Guedes (PT)

* Paulo Guedes

Raimundo Nonato de Barcelos (PDT)

* Nozinho

Ricardo Rocha de Faria (PCdoB)

* Ricardo Faria

Roberto Dias de Andrade (PSB)

* Roberto Andrade

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Rosângela de Oliveira Campos Reis (PROS)

* Rosângela Reis

Thiago Fellipe Motta Cota (PMDB)

* Thiago Cota

Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)

* Tiago Ulisses

Tito Bruno Miranda Torres Duarte (PSDB)

* Tito Torres

Ulysses Gomes de Oliveira Neto (PT)

* Ulysses Gomes

Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)

* Vanderlei Miranda

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

* Sargento Rodrigues

Wilson Roberto Batista (PSD)

* Doutor Wilson Batista

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

– Publicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.



ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/3/2018

Às 14h48min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos, Geisa Teixeira e Celise Laviola, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. A seguir são recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.337/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.880/2017, que institui a política estadual de atenção a gestantes, puérperas e crianças em situação de vulnerabilidade e riscos social e pessoal;

nº 11.378/2018, da deputada Marília Campos e da deputada Celise Laviola, em que requerem seja formulado voto de congratulações com Clube Atlético Mineiro pela campanha “Não Se Cale”, de combate à violência contra a mulher;

nº 11.459/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada reunião com convidados para debater e avaliar as comemorações do Dia Internacional da Mulher;

nº 11.460/2018, da deputada Marília Campos e da deputada Geisa Teixeira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a acessibilidade para atendimento das pessoas com deficiência nas unidades do SUS, especialmente nos casos em que há necessidade de utilização de equipamentos específicos para realização de exames e procedimentos, como atendimentos ginecológico e odontológico;

nº 11.461/2018, da deputada Marília Campos e da deputada Geisa Teixeira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – e à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A – BHTrans – pedido de providências para analisar a viabilidade de se exigir das concessionárias de transporte coletivo a destinação de

espaço para duas cadeiras de rodas nos ônibus de transporte coletivo, em especial em linhas que atendam a trajetos mais utilizados pelos usuários de cadeira de rodas;

nº 11.462/2018, da deputada Marília Campos e da deputada Geisa Teixeira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Saúde de Belo Horizonte pedido de informações sobre o número de médicos ginecologistas que atuam nas unidades básicas de saúde, sobre existência de demanda por mais profissionais no município e sobre o quantitativo necessário para suprir essa demanda, caso exista;

nº 11.463/2018, da deputada Marília Campos e da deputada Geisa Teixeira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de médicos ginecologistas que atuam nas unidades básicas de saúde da Região Metropolitana de Belo Horizonte, esclarecendo se há demanda por mais profissionais na RMBH e, em caso positivo, qual quantitativo seria necessário;

nº 11.464/2018, da deputada Marília Campos e da deputada Geisa Teixeira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Saúde de Belo Horizonte pedido de providências com vistas à disponibilização de duas cadeiras de rodas – uma motorizada e uma comum – para os usuários de cadeira de rodas que as solicitarem, tendo em vista a dificuldade de locomoção, dentro das residências, com a cadeira motorizada;

nº 11.465/2018, da deputada Marília Campos e da deputada Geisa Teixeira, em que requerem sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Saúde de Belo Horizonte pedido de providências, com a maior brevidade possível, com vistas à realização do procedimento indicado para Célia Aparecida da Silva Trigueiro (dermolipectomia abdominal não estética), conforme laudo aprovado em 12/6/2017, na URS Campos Sales, bem como cópia do laudo para solicitação de autorização de internação hospitalar – AIH – nº 2017/06-59040, emitido pela URS Campos Sales, em 12/6/2018, e a declaração de residência expedida pelo Centro de Saúde Jardim Alvorada;

nº 11.466/2018, da deputada Geisa Teixeira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.677/2017, que dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e à parturiente contra a violência obstétrica no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2018.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/3/2018

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails* dos Srs. Samuel Campos Ferreira encaminhando pedido de ajuda para a situação de insegurança vivida por moradores do Município de Botelho e região; e Richardson Pablo de Oliveira encaminhando manifestação favorável à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 69/2017, que trata da promoção por tempo de serviço dos policiais militares; de cidadão que prefere não se identificar encaminhando denúncia sobre o não pagamento de diária aos policiais militares lotados na 12ª RPM e na 8ª RPM e solicitando a averiguação pela Comissão; e de agente penitenciário que prefere não se identificar informando sobre a apreensão dos agentes em virtude da ausência de renovação dos

contratos de trabalho. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Paula Maria Nasser Cury (4), subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (3, 8 e 10/2/2018); e dos Srs. Bruno Ferreira Costa (9), subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (17 e 23/2/2018); Carlos Capistrano, superintendente de Investigação e Polícia Judiciária da Polícia Civil (22/2/2018); Márcio Lobato Rodrigues, superintendente de Investigação e Polícia Judiciária da Polícia Civil; Antônio Sérgio Tonet, procurador-geral de justiça; e Mauro Matias, chefe de gabinete da Câmara Municipal de Belo Horizonte (23/2/2018). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.266 e 10.395/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.393/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o empenho dos policiais militares dispensados por motivos de saúde, temporária ou definitivamente, para atendimento de eventuais ocorrências, uma vez que, no 9º Batalhão de Polícia Militar, sediado no Município de Barbacena, noticia-se a escala de policiais militares, fardados, mas sem coletes à prova de balas e armamentos, por estarem dispensados pela junta médica;

nº 11.415/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à Secretaria de Estado de Segurança Pública para tratar de emenda parlamentar indicada no Ofício nº 0976/2017, no valor de R\$ R\$1.000.000,00, destinada à aquisição de kits compostos de televisão, geladeira, fogão e micro-ondas para os 200 destacamentos da Polícia Militar de Minas Gerais da 8ª, 11ª, 12ª e 15ª Regiões de Polícia Militar;

nº 11.416/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado a Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para que seja executada, com a maior brevidade possível, emenda parlamentar apresentada por este deputado por meio do Ofício nº 0976/2017, no valor de R\$ R\$1.000.000,00, cuja finalidade é a aquisição de kits compostos de televisão, geladeira, fogão e micro-ondas destinados aos 200 destacamentos da Polícia Militar de Minas Gerais da 8ª, 11ª, 12ª e 15ª Regiões de Polícia Militar;

nº 11.417/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Decreto nº 47.368, de 6/2/2018, que determina ao Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – o credenciamento e a contratação de empresas credenciadas em vistoria de veículos, empresas de tecnologia da informação e empresas de controle de qualidade especializado, todas para a operação de vistorias de identificação veicular;

nº 11.418/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja determinada a recomposição do efetivo policial do Município de Monte Carmelo, inclusive com a designação de delegado de polícia, de modo a minimizar os reflexos do plantão regionalizado que exige, atualmente, o deslocamento dos policiais até a cidade de Patrocínio;

nº 11.421/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para solicitar e debater as providências necessárias quanto à possibilidade de interrupção do fornecimento de alimentos a, pelo menos, 30 penitenciárias do Estado, em virtude da falta de pagamento a fornecedores;

nº 11.422/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências com vistas à imediata transferência dos valores devidos ao IPSM, aproximadamente R\$ 3 bilhões de reais, tendo em vista os reflexos já sentidos pelos policiais e bombeiros militares em exercício nos diversos municípios mineiros;

nº 11.423/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial e à destinação de novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao destacamento do Município de Alvinópolis;

nº 11.424/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinados novos coletes à prova de balas e armamentos longos ao destacamento do Município de Dom Silvério;

nº 11.425/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial e à destinação de armamentos longos e novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao destacamento do Município de Santa Cruz do Escalvado;

nº 11.426/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial e à destinação de armamentos longos e novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao destacamento do Município de Piedade de Ponte Nova;

nº 11.427/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinados armamentos e novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao pelotão do Município de Rio Casca;

nº 11.428/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial do Município de São Pedro dos Ferros e à destinação de novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao destacamento local;

nº 11.430/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao Município de Raul Soares;

nº 11.431/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial do Município de Vermelho Novo e à destinação de armamentos longos ao destacamento local;

nº 11.432/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial do Município de Bom Jesus do Galho e à destinação de armamentos longos e novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao pelotão local;

nº 11.433/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à destinação de armamentos longos ao destacamento do Município de Pingo d'Água e ao credenciamento dos policiais militares locais para o uso desse armamento;

nº 11.434/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à destinação de armamentos e viaturas, com compartimento de segurança, ao destacamento do Município de Vargem Alegre;

nº 11.435/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à destinação de novas viaturas, com compartimento de segurança, ao pelotão do Município de Rio Piracicaba;

nº 11.436/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial dos Municípios de Alto Caparaó, Alto Jequitibá e Caparaó, e à disponibilização de viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, às unidades policiais;

nº 11.446/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas a determinar que Talitha Leitão da Silva, Masp 1.455.369-7, após a conclusão do Curso de Formação Policial, previsto para 21/3/2018, seja designada a ocupar cargo no Município de Belo Horizonte, ou na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo em vista ser casada com o policial militar lotado no 22º BPM, possuir casa própria nesta capital e cuidar de pais idosos que dependem de auxílio constante;

nº 11.467/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à destinação de novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao Município de Bom Despacho;

nº 11.468/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao reforço do efetivo policial e à realização de melhorias no imóvel onde está instalado o destacamento do Município de Ubaí, bem como à disponibilização de novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, compatíveis com o patrulhamento ostensivo realizado na região;

nº 11.469/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que determinem a realização de obras necessárias à reforma do imóvel que abriga o destacamento sediado no Município de Santo Antônio do Retiro, que apresenta problemas, como cupins no telhado, mofo, infiltrações e instalações elétricas antigas;

nº 11.470/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada, de imediato, uma viatura de grande porte e com compartimento de segurança ao Município de Botelhos;

nº 11.471/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja reiterada a determinação de apuração de supostas arbitrariedades praticadas pelo comandante do 13º Batalhão de Polícia Militar em face do Cabo PM Alfred Eustáquio Ferreira;

nº 11.525/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a denúncia de falta de repasse dos recursos destinados à caixa escolar do Colégio Tiradentes, o que estaria acarretando corte da merenda escolar em algumas unidades;

nº 11.526/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater denúncias de assédio moral e de perseguição à servidora pública Valéria Rosalina Dias E. Santos, Masp 44.3612-7, perita policial, lotada no setor de sexologia do Instituto Médico Legal;

nº 11.527/2018, dos deputados João Leite, Gustavo Valadares, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Segurança Pública pedido de informações consubstanciado na relação de visitas recebidas pelo detento Marcos Valério Fernandes de Souza, no período de sua detenção na Penitenciária Nelson Hungria;

nº 11.531/2018, dos deputados João Leite, Gustavo Valadares, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres, em que requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações a respeito de acordo de colaboração premiada com o detento Marcos Valério Fernandes de Souza, especificando os procedimentos adotados, a apresentação da manifestação expressa do Ministério Público Estadual, nos termos do art. 4º, § 6º, da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e o nome do promotor de justiça responsável pelo acompanhamento do caso;

nº 11.532/2018, dos deputados João Leite, Gustavo Valadares, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres, em que requerem seja encaminhado à Coordenação do Programa Novos Rumos pedido de informações consubstanciado na relação de visitas recebidas pelo detento Marcos Valério Fernandes de Souza, no período de sua detenção na Apac de Santa Luzia, bem como na relação das suas saídas da instituição;

nº 11.533/2018, dos deputados João Leite, Gustavo Valadares, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres, em que requerem seja realizada visita ao procurador-geral de justiça para tratar de assunto correlato à instituição da colaboração premiada no Ministério Público Estadual;

nº 11.534/2018, dos deputado Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja realizada audiência de convidados com a presença do Cel. BM Marcus José Tibúrcio Lima, corregedor do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, e do Cap. BM Luiz Frederico Barreto Pascoal, tendo em vista a instauração de inquérito policial militar em face do 2º Sgt. BM Alexandre Rodrigues, por participar de reunião como cidadão e presidente da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais – Ascobom;

nº 11.535/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação de abandono do imóvel que sediava o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, uma vez que, desocupado desde 2013, tornou-se local de ocorrência de crimes, principalmente de furtos e danos ao patrimônio público;

nº 11.536/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos servidores administrativos dos sistemas prisional e socioeducativo, especialmente no que se refere a denúncias de prática de assédio moral e de perseguição, bem como o descumprimento do acordo estabelecido entre as categorias e o governo do Estado, no ano de 2015, para a regulamentação de carreira e a organização da carga horária desses servidores.

A presidência deixa de receber o requerimento nº 11.510/2018, do deputado Antonio Lerin, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da segurança pública no Município de Uberaba. Em seguida, são aprovados relatórios de visitas ao Centro Infantil Sargento Marizeth Cardoso da Mata – Cism –, realizada em 8/11/2017, e ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares, realizada em 5/2/2018, que seguem publicados após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Paulo Guedes.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local visitado: Centro Infantil Sargento Marizeth Cardoso da Mata – Cism

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 10.595/2017, do deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 8/11/2017, o Centro Infantil Sargento Marizeth Cardoso da Mata – Cism –, em funcionamento na Academia da Polícia Militar, em Belo Horizonte, para conhecer o trabalho desenvolvido na instituição.

Participaram da visita os deputados Sargento Rodrigues e Coronel Piccinini, acompanhados do Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom; da Cap. PM Aline Germanio de Souza Alonso, presidente do Cism; do Sgt. PM Geter Fernandes de Souza, vice-presidente do Cism;

de Bárbara Caroline de Souza, representante dos pais; de Maísa Ramos, professora; de Mera Maria de Lima, funcionária do Clube dos Policiais Militares; e de Frederico Gonçalves Dutra Alves de Paula, pai de aluno.

Relato

Os deputados foram recebidos pelo Sgt. PM Geter Fernandes de Souza, vice-presidente do Cism, em uma das salas do estabelecimento, na qual estavam reunidos alguns pais e funcionários da instituição, os quais relataram, emocionados, a importância do trabalho desenvolvido pela entidade e o repúdio pela decisão de desalojá-la.

O deputado Sargento Rodrigues destacou que a visita objetivava oferecer apoio aos pais e aos funcionários do centro infantil e informar que a comissão está acompanhando e se empenhando para ajudar a resolver as dificuldades pelas quais estão passando. O deputado frisou que conhece o empenho dos diretores e que sabe da história e da importância da instituição. Ele informou que o Cism atende, atualmente, 48 crianças, de 4 meses a 6 anos de idade, e que, ao contrário de servidores públicos de outras instituições, os policiais e bombeiros militares não possuem auxílio-creche, o que reforça a importância da manutenção das atividades do Cism.

O deputado informou que a ordem de despejo da instituição ocorreu após a conclusão de Relatório de Investigação Preliminar – RIP –, instaurado no âmbito da Academia da Polícia Militar, que decidiu pelo fim das atividades do Cism em virtude da **falta de documentação**; porém, segundo ele, os dirigentes da instituição já providenciaram a regularização dos documentos e, no momento, estão aguardando a sanção do título de utilidade pública estadual e a emissão da Certidão Negativa de Débitos – CND. A CND ainda não havia sido emitida devido a uma dívida de cerca de R\$300.000,00, referente ao INSS, ao FGTS e ao PIS, que já foi renegociada e está sendo quitada pelos dirigentes do centro infantil, por meio de empréstimo pessoal; contudo, mesmo com a renegociação da dívida, a emissão da CND pode demorar. Assim, segundo o parlamentar, tendo em vista que a situação já foi regularizada, já não há motivo para o fechamento da instituição.

Ainda de acordo com o deputado, a ordem de despejo foi emitida pelo comandante-geral da PMMG, Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, com a data final de 24 de outubro, mas foi postergada para o final de dezembro após recurso junto ao Comando-Geral da PMMG, decisão que pode ser alterada a qualquer momento.

O deputado Coronel Piccinini defendeu a manutenção do estabelecimento, afirmou que a união das entidades é importante para a luta pela continuação do Cism e salientou que a resolução do problema deve ser a mais breve possível, pois os pais, pela incerteza do futuro do estabelecimento, já estão retirando os filhos da instituição.

O Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Ascobom, colocou-se à disposição, oferecendo a colaboração da rádio e do setor jurídico da associação. Além disso, ressaltou que a associação fará um trabalho de sensibilização das autoridades na tentativa de manter as atividades do centro infantil.

Bárbara Caroline de Souza, representante dos pais, mãe de uma criança de 1 ano e 9 meses, que desde os 11 meses frequenta o Cism, afirmou que fechar uma instituição de ensino é regredir. Ela informou que, com futuro incerto, a creche já vem perdendo funcionários e alunos, receosos de não ter onde trabalhar ou estudar no próximo ano. Além disso, entregou um ofício ao presidente da comissão com o pedido de intervenção da ALMG junto ao Poder Executivo e informou o desespero dos pais e dos funcionários com o possível fechamento da instituição.

Maísa Ramos, professora do Cism e representante dos funcionários, trabalha no local há 11 anos e disse, muito emocionada, que a manutenção da instituição é uma questão de coerência com o que é ensinado às crianças. “Nós crescemos aprendendo que é preciso respeitar o próximo e ensinamos isso a nossos filhos e a nossos alunos. Não podemos ser desrespeitados e jogados na rua simplesmente por causa da ordem de uma pessoa no comando”, criticou.

Frederico Gonçalves Dutra Alves de Paula, pai de aluno, disse que não entende o motivo da ordem de despejo e que não houve conversa com o responsável que emitiu essa ordem. Ele enfatizou que escolinhas há muitas, mas esta se destaca pela preocupação extrema com o desenvolvimento das crianças e pelo amor com que cuidam delas.

Mera Maria de Lima, funcionária do Clube dos Policiais Militares, pediu ajuda na luta pela manutenção do Cism. Ela demonstrou preocupação especial com as funcionárias que não possuem outro trabalho e que, com o fechamento da unidade, ficarão sem garantia de emprego em outro estabelecimento.

Conclusão

A Comissão de Segurança Pública cumpriu a finalidade da visita, pois conheceu, por meio de relatos de pais e funcionários, o trabalho realizado no Centro Infantil Sargento Marizeth Cardoso da Mata. O presidente da comissão destacou que, em vez de ser fechado, o Cism deveria ser replicado para outros batalhões da PMMG e do Corpo de Bombeiros, tendo em vista o excelente serviço prestado. Como desdobramento da visita, o deputado Sargento Rodrigues informou sobre a realização de audiência pública na comissão para tratar dessa pauta, com a presença de pais, alunos e funcionários, com o objetivo de reforçar a campanha pela manutenção da instituição e reafirmou o repúdio pela ameaça de despejo.

Importante é registrar que, na data da leitura deste relatório na comissão, a sanção do título de utilidade pública estadual do Cism já havia ocorrido, por meio da Lei nº 22.723, de 14/11/2017, que “declara de utilidade pública o Centro Infantil Sargento Marizeth Cardoso da Mata, com sede no Município de Belo Horizonte”.

Sala das Comissões, 20 de março de 2018.

Sargento Rodrigues, relator.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local visitado: Instituto de Previdência dos Servidores Militares

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 11.098/2017, de autoria dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Coronel Piccinini, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 5/2/2018, às 10h30min, o Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM –, com a finalidade de conhecer a situação financeira, orçamentária e administrativa da instituição, considerando-se as graves denúncias de desvio de recursos por parte do Tesouro do Estado, que seria da ordem de R\$600.000.000,00, com graves prejuízos à assistência médico-odontológica prestada aos militares.

Participaram da visita os deputados Sargento Rodrigues, presidente da comissão, Cabo Júlio, vice-presidente, e João Leite. Acompanharam ainda a visita o deputado federal Subtenente Gonzaga e vários dirigentes de entidades representativas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Relato

A visita à sede do IPSM foi um desdobramento de audiência pública da comissão realizada no dia 20/11/2017, em que se debateu o repasse das contribuições patronais e dos segurados policiais e bombeiros militares ao instituto.

O diretor da entidade, Cel. Vinicius Rodrigues de Oliveira Santos, recebeu os parlamentares na entrada do edifício-sede do IPSM e os convidou para reunião no seu gabinete; porém não foi autorizada a participação, nessa reunião, de dirigentes de entidades representativas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Tais lideranças insistiram em ter acesso às dependências do órgão

para acompanhar a visita. A entrada foi novamente desautorizada, e, após entendimentos entre as partes, as conversações com a comissão e convidados ocorreram na calçada do instituto, para que todos acompanhassem a discussão.

Em seguida, a situação financeira do IPSM foi exposta aos deputados da Comissão de Segurança Pública e aos convidados.

Segundo o diretor, a dívida do Estado para com o Instituto de Previdência dos Servidores Militares chega próximo a R\$2.900.000.000,00, conforme quadro abaixo:

Discriminação dos Créditos	Valor
Saldo devedor do Tesouro (Lei nº 17.949, de 2008, que cria o Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – Fahmemg – e dá outras providências)	R\$970.306.312,07
Contribuições patronais da PMMG não repassadas (a partir de outubro de 2016)	R\$1.741.973.466,04
Contribuições patronais do CBMMG não repassadas	R\$177.497.386,29
Contribuições patronais da Seplag não repassadas	R\$24.737,63
Total de valores a receber	R\$2.889.801.902,03

Fonte: Instituto de Previdência dos Servidores Militares

Do exame do quadro, observa-se que a maior parte dos créditos, cerca de 66%, se referem a contribuições patronais em atraso, o que, segundo o diretor do instituto, vem ocorrendo desde outubro de 2016. O restante, cerca de 34%, é oriundo de dívidas antigas com a previdência dos militares, que o Estado se comprometeu a equalizar com investimentos no fundo estadual que visa a conceder financiamentos para assistência à habitação de servidores militares do Estado de Minas Gerais que sejam segurados do IPSM.

Quanto à destinação da contribuição funcional dos servidores ao instituto, o dirigente disse que ela vem ocorrendo normalmente, não sendo suficiente para as demandas por atendimento à saúde dos segurados. Ele admitiu que os segurados, sobretudo do interior do Estado, encontram mais dificuldades, conforme reclamaram diversas lideranças presentes ao encontro.

De acordo com o Cel. Vinícius Rodrigues de Oliveira Santos, os pagamentos de serviços de saúde conveniados com o instituto estão em atraso desde outubro de 2017. O diretor do IPSM reconheceu que muitos militares estão tendo problemas em sua assistência à saúde, principalmente no interior no Estado, mas informou que o número de estabelecimentos de saúde que cortaram formalmente o convênio com o órgão é baixo, e nenhum deles é de Belo Horizonte. O diretor entregou à comissão uma relação de credenciados junto ao instituto que formalizaram a suspensão de atendimentos aos segurados, a qual segue anexa.

Entretanto, o deputado Sargento Rodrigues ressaltou que os números do descredenciamento formal não revelam a dimensão do problema, já que, segundo ele, muitos serviços teriam suspenso o atendimento, mas não formalizado o descredenciamento. A afirmação foi endossada por diversos representantes dos segurados.

Segundo o presidente da Associação dos Profissionais de Segurança Pública no Sul de Minas, Cb. Alberto Dias Valério, somente em Varginha cerca de 3 mil militares (entre ativos e aposentados) e suas famílias já estariam com a assistência médica comprometida pela recusa de atendimento de serviços conveniados.

O diretor do IPSM frisou que todas as informações acerca do problema têm sido repassadas sistematicamente ao comando da Polícia Militar e à área financeira do Estado desde sua posse, em 13 de novembro do ano passado. Disse ainda que, do ponto de vista de gestão, tem realizado esforços para realizar mais rapidamente os pagamentos dos convênios, logo que são disponibilizados recursos pelo Estado.

Por fim, disse que não tinha ainda um cronograma de reembolso, mas anunciou que o instituto pagaria os atrasados do mês de outubro dentro de dois dias.

Conclusão

O deputado Sargento Rodrigues disse que a situação financeira apresentada é pior que o esperado e defendeu a realização de uma nova audiência pública na ALMG para ouvir representantes do governo acerca da situação. Ele lamentou ainda os possíveis prejuízos ao atendimento à saúde de 225 mil segurados do instituto.

Ao final do encontro, parlamentares e lideranças realizaram um ato público contra os problemas apresentados, com uma caminhada até o Palácio da Liberdade.

Sala das Comissões, 20 de março de 2018.

João Leite, relator.

ANEXO

Relação de Credenciados que Suspenderam os Atendimentos/2018

	CPF/CNPJ		Data da Suspensão	Cidade	Responsável	Motivo
1	23.338.387/0001-96	Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora de Fátima S/A	1/4/2018	Patos de Minas	Guilherme M. de Resende	Débitos Pendentes
2	25.415.993/0001-93	Monte Sinai Hospital e Maternidade	5/2/2018	Juiz de Fora	Marco Aurélio R. de Siqueira	Débitos Pendentes
3	08.036.924/0001-50	Cerem – Centro de Referência em Endocrinologia e Metabologia	5/2/2018	Juiz de Fora	Mauro Gregório da Silva	Débitos Pendentes
4	01.901.633/0001-33	Neoclínica	1/2/2018	Juiz de Fora	Rafael Botelho	Débitos Pendentes
5	16.828.915/0001-20	Hospital Santo Antônio Ltda.	1/2/2018	Araguari	Sub-Ten. Leda Coord 9	Débitos Pendentes
6	16.827.289/0001-57	Hospital Santo Antônio Ltda.	1/1/2018	Araguari	Jonalvo Alves	Débitos Pendentes
7	23.772.726/0001-48	Hospital e Maternidade Santa Mônica S/A	31/5/2018	Divinópolis	Bruno Franco Amaral	Débitos Pendentes
8	09.380.005/0001-61	Centro de Imagens Médicas Avançadas	1/2/2018	Lavras	Antonio Eustáquio Santos	Débitos Pendentes
9	00.577.773/0001-35	Ecomed Serviços Médicos	1/2/2018	Lavras	Antonio Eustáquio Santos	Débitos Pendentes
10	03.065.063/0001-14	Tomografia Vaz Monteiro	1/2/2018	Lavras	Antonio Eustáquio Santos	Débitos Pendentes
11	17.845.504/0002-96	Unimed Varginha	5/2/2018	Varginha	Luiz Henrique Maritan	Débitos Pendentes
12	04.647.881/0001-98	Hospital de Olhos de Varginha	25/1/2018	Varginha	Claudineia Cassia de Souza	Débitos Pendentes
13	22.073.781/0001-71	Hospital Vaz Monteiro de Assistência à Infância e à Maternidade	1/2/2018	Lavras	Frederico Faúla de Sousa	Débitos Pendentes
14	02.686.589/0001-59	Clinica Ortofisio ME	10/1/2018	Ponte Nova	Ortofisio	Débitos Pendentes
15	18.964.418/0001-84	Centro de Otorrino	5/2/2018	Itaúna	Natália Melo	Débitos Pendentes
16	11.066.478/0001-30	Centro de Medicina Nuclear de Lavras	1/2/2018	Lavras	Antonio Eustáquio Santos	Débitos Pendentes
17	23.453.830/0001-70	Hospital e Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho	5/2/2018	Pedro Leopoldo	Cláudia Silva	Débitos Pendentes
18	08.025.677/0001-96	Clinica Médica Divinópolis Ltda.	1/2/2018	Divinópolis		Débitos Pendentes

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/3/2018

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Braulio Braz e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Registra-se a presença do deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.024/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Ivair Nogueira. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.030/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Roberto Andrade, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 901/2015 é retirado de pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Braulio Braz, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.281 e 10.294/2018. Registra-se a presença do deputado Carlos Pimenta

(substituindo o deputado Braulio Braz, por indicação da liderança do BVC). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.371/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Camanducaia, para debater o desempenho da economia do setor turístico, que permitiu ao Distrito de Monte Verde alcançar o topo do *ranking* nacional do turismo, segundo classificação do Ministério do Turismo;

nº 11.475/2018, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Ricardo Faria, Paulo Guedes e Dalmo Ribeiro Silva, em que requerem seja encaminhado à presidência desta Casa pedido de providências com vistas à realização de fórum técnico para discutir o Projeto de Lei nº 4.773/2017, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios;

nº 11.489/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizado debate público sobre o impacto das novas tarifas para importação de aço e de alumínio, decretadas pelo presidente dos EUA, no setor siderúrgico, especificamente, e na economia mineira como um todo;

nº 11.497/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos das novas tarifas para importação de aço e de alumínio, decretadas pelo presidente dos EUA, no setor siderúrgico, especificamente, e na economia mineira como um todo;

nº 11.538/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implantação da 2ª Etapa do Distrito Industrial no Município de Montes Claros.

A presidência deixa de receber os seguintes requerimentos nos termos do art. 173, IV, do Regimento Interno:

nº 11.488/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizado debate público sobre o fechamento de empresas, a redução da produção, a eliminação de postos de trabalho e a precarização do emprego no setor siderúrgico no Estado, particularmente diante das novas tarifas para importação de aço e de alumínio, decretadas pelo presidente dos EUA;

nº 11.490/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizado debate público sobre o impacto das novas tarifas para importação de aço e de alumínio, decretadas pelo presidente dos EUA, no setor siderúrgico, especificamente, e no Vale do Aço como um todo;

nº 11.491/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizado debate público para debater o impacto que as novas tarifas para importação de aço e de alumínio, decretadas pelo presidente dos EUA, exercerão no emprego do setor siderúrgico, especificamente, e do Vale do Aço como um todo;

nº 11.492/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fechamento de empresas, a redução da produção, a eliminação de postos de trabalho e precarização do emprego no setor siderúrgico no Estado, particularmente diante das novas tarifas para importação de aço e de alumínio, decretadas pelo presidente dos EUA;

nº 11.493/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos que as novas tarifas para importação de aço e de alumínio decretadas pelo presidente dos EUA, exercerão no emprego do setor siderúrgico e no Estado;

nº 11.495/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos que as novas tarifas para importação de aço e de alumínio, decretadas pelo presidente dos EUA, exercerão no emprego do setor siderúrgico, especificamente, e do Vale do Aço, como um todo;

nº 11.496/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos das novas tarifas para importação de aço e de alumínio, decretadas pelo presidente dos EUA, no setor siderúrgico, especificamente, e no Vale do Aço como um todo;

nº 11.498/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizado debate público para debater os impactos que as novas tarifas para importação de aço e de alumínio, decretadas pelo presidente dos EUA, exercerão no emprego do setor siderúrgico e no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2018.

Roberto Andrade, presidente – Agostinho Patrus Filho.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 28/3/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.871, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública e dá outras providências. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968; 5.960, de 1º de agosto de 1972; 6.763, de 26 de dezembro de 1975; 11.363, de 29 de dezembro de 1993; 14.699, de 6 de agosto de 2003; 14.937, de 23 de dezembro de 2003; 14.940, de 29 de dezembro de 2003; 14.941, de 29 de dezembro de 2003; 15.424, de 30 de dezembro de 2004; 15.464, de 13 de janeiro de 2005; 19.976, de 27 de dezembro de 2011; 20.922, de 16 de outubro de 2013; 21.735, de 3 de agosto de 2015; 21.972, de 21 de janeiro de 2016; 22.257, de 27 de julho de 2016; 22.437, de 21 de dezembro de

2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.761, que modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos sites governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.763, que altera a Lei nº 14.235, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.848, que dá denominação ao próprio público que sedia o Ministério Público do Estado no Município de Ouro Fino. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.865, que altera a Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991, que dispõe sobre produção, comercialização e uso de agrotóxico e afins. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.874, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa Constitucional) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 28/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 28/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 834/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 28/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n.ºs 2.680/2015, do deputado Leonídio Bouças; 2.833/2015, do deputado Doutor Jean Freire; e 4.813/2017, da deputada Marília Campos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n.ºs 4.068/2017, do deputado Tito Torres; 4.888/2017, do deputado Lafayette de Andrada; 4.889 e 4.891/2017, do deputado Cristiano Silveira; 4.914/2018, da deputada Geisa Teixeira; 4.917/2018, do deputado Rogério Correia; 4.923/2018, do deputado Arnaldo Silva; 4.959/2018, do deputado João Vítor Xavier; 4.962/2018, do deputado Fábio Cherem; 4.965/2018, da deputada Rosângela Reis; 4.970 e 4.971/2018, do deputado Paulo Guedes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 28/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.953/2016, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 28/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.583/2001, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.495/2017, do deputado Leonídio Bouças, e 4.795/2017, da deputada Marília Campos.

Requerimento nº 10.435/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 28/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 28/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 28/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 28/3/2018, às 11h30min e às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de março de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.388/2015****Comissão de Segurança Pública****Relatório**

De autoria do deputado Durval Ângelo, o Projeto de Lei nº 1.388/2015, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.353/2011, “dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência aos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários do Estado”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 9/5/2015, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou, vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em epígrafe dispõe sobre o fornecimento, pelo poder público, de proteção, auxílio e assistência aos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários expostos a ameaça ou risco à integridade física em virtude do desempenho de suas atividades funcionais ou do lugar onde residem.

Consoante o art. 1º da proposição, serão consideradas situações passíveis de aplicação da futura lei aquelas em que o servidor é vítima de ameaça comprovada em procedimento administrativo, policial ou judicial ou por ter sido arrolado como testemunha em procedimento policial ou judicial. Além disso, o projeto, cuja abrangência se estende aos familiares dos servidores ameaçados, prevê medidas concretas a serem tomadas pelo poder público e mecanismos de acompanhamento e controle da aplicação da lei pela sociedade.

A Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, apresentou as Emendas nºs 1 e 2 à proposição, para adequá-la às exigências de ordem jurídico-constitucional, promover ajustes no texto e incluir os agentes socioeducativos no rol de servidores públicos abrangidos pela inovação legislativa.

A matéria é revestida de inegável importância. De fato, os servidores vinculados à área da segurança pública e dos sistemas prisional e socioeducativo estão sujeitos a riscos adicionais, na medida em que o regular exercício de suas funções implica confronto com interesses de pessoas e grupos que atuam à margem da lei e que, em muitas oportunidades, utilizam a ameaça e a violência como

estratégia habitual de conduta, seja para alcançar seus objetivos, seja por vingança. Consigne-se que uma das formas mais simples e eficazes de se atingir esse servidor é alcançá-lo fora do ambiente profissional.

A proteção ao servidor ameaçado é, assim, corolário necessário de suas atividades funcionais, pois estas não podem ocorrer com eficiência sem o resguardo proporcionado pelas medidas protetivas. Não se trata, portanto, de atribuição de qualquer regalia ou privilégio a certas classes de servidores, mas de implementar mecanismos tendentes a aperfeiçoar o serviço público.

A proposição está adequadamente composta, já que alinhava a obrigação estatal de proteção e auxílio, as medidas utilizáveis e o público visado. No entanto, entendemos que são necessários alguns ajustes, e, para tanto, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, que incorpora o conteúdo das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e padroniza o texto legal, conforme os preceitos da técnica legislativa.

Um dos ajustes diz respeito à necessidade de esclarecimento do grau de parentesco dos familiares dos servidores públicos ameaçados que podem vir a ser destinatários da proteção, auxílio e assistência de que trata a inovação legislativa. O substitutivo inclui, ainda, no rol de destinatários da proteção, auxílio e assistência, os integrantes inativos das carreiras constantes na proposição. Isso porque, mesmo estando na inatividade, esses servidores ainda poderão sofrer represálias em decorrência de ações legalmente perpetradas enquanto se encontravam na ativa.

Além desses ajustes, o Substitutivo nº 1 amplia o escopo da proposição, prevendo que o poder público publicará semestralmente a lista dos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários e socioeducativos mortos em serviço ou em razão da atividade desempenhada, de forma a propiciar o devido monitoramento das condições e riscos a que estão expostos esses profissionais. Para subsidiar as ações por parte do poder público, essa lista será encaminhada semestralmente a esta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.388/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência aos policiais e bombeiros militares, policiais civis, agentes penitenciários e socioeducativos do Estado e dá outras providências.

Art. 1º – O poder público oferecerá proteção, auxílio e assistência a policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários e socioeducativos, ativos ou inativos, que, em razão da natureza de suas atividades ou em função do local onde residam, encontrem-se sob ameaça:

- I – comprovada em procedimento administrativo ou judicial, em decorrência do exercício regular de sua função;
- II – em razão de seu arrolamento como testemunha em procedimento administrativo ou judicial.

Parágrafo único – A proteção, o auxílio e a assistência de que trata esta lei estendem-se ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com os profissionais a que se refere o *caput*, conforme o especificamente necessário em cada caso.

Art. 2º – Na implementação do disposto nesta lei, o poder público assegurará:

- I – segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;
- II – transferência de residência, com locação de imóvel por um período de até dois anos, prorrogável até a cessação dos motivos do deferimento da medida;
- III – escolta e segurança nos trajetos cotidianos, especialmente para fins de trabalho ou prestação de depoimentos;

IV – apoio para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal;

V – apoio e assistência social, médica e psicológica;

VI – preservação da identidade, da imagem e dos dados pessoais;

VII – suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens;

VIII – sigilo na aplicação da medida de proteção e no processo administrativo que a antecede.

Art. 3º – O poder público promoverá as ações necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei, competindo-lhe especialmente:

I – decidir sobre os pedidos de proteção, auxílio e assistência;

II – especificar os tipos de proteção, auxílio ou assistência pertinentes a cada caso;

III – determinar a suspensão das medidas de proteção, auxílio ou assistência, para o beneficiário que tenha manifestado conduta incompatível com tais medidas ou não tenha a elas se adaptado;

IV – coordenar e uniformizar as ações de proteção, auxílio e assistência;

V – coordenar rede de proteção social entre entidades civis e militares;

VI – divulgar o conteúdo desta lei entre os policiais e bombeiros militares, policiais civis, agentes penitenciários e agentes socioeducativos do Estado;

VII – assegurar o sigilo das providências e das informações referentes aos casos examinados;

VIII – definir plano de proteção às vítimas de ameaça, nos casos de transferência de residência.

Art. 4º – O poder público, por meio dos órgãos competentes, atuará para apurar as ameaças dirigidas ao profissional a que se refere o *caput* do art. 1º ou a seus familiares, identificar os autores e adotar as medidas judiciais e administrativas cabíveis.

Art. 5º – O profissional cujo local de moradia represente fator de risco, nos termos do disposto no *caput* do art. 1º, terá prioridade na aquisição de moradia em área livre de risco, no âmbito de programa estadual de construção de unidades habitacionais, caso a situação de risco ou ameaça se prolongue por mais de quatro anos.

Art. 6º – O poder público publicará semestralmente a lista dos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários e socioeducativos mortos em serviço ou em razão da atividade desempenhada.

Parágrafo único – A lista a que se refere o *caput* será enviada semestralmente à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de março de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente e relator – Cabo Júlio – Paulo Guedes.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/3/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alessandro Magno Azzi Laender, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão;

exonerando Cláudia Martins de Souza, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr;

nomeando Camila Ferreira Leão, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr;

nomeando Henriete Maristane Pinheiro Barbosa, padrão VL-33, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão;

nomeando Henrique Pinto de Barros, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor.

Nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/2007, assinou os seguintes atos:

nomeando Carlos Domingos Mota Coelho Júnior para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo – Área I – Interlocução Social e Desenvolvimento de Projetos Institucionais, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 24º (vigésimo quarto) lugar em concurso público, em razão de desistência formal da candidata classificada em 23º lugar, nomeada em 1º/2/2018.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

dispensando Sarah Penido Viglioni da função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Rádio e Televisão – Gerência de Produção;

designando Fernanda Machado Freitas para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Escola do Legislativo – Gerência de Planejamento Pedagógico;

designando Luciana Guerra Ribeiro Costa para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Rádio e Televisão – Gerência de Produção.

TERMO DE CONTRATO Nº 13/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: DSI Comércio Importação e Exportação Ltda. Objeto: aquisição de etiquetas adesivas. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 5/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

ERRATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/3/2018

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/3/2018, na pág. 14, no título, onde se lê:

“4ª”, leia-se:

“3ª”.

TERMO DE CONTRATO Nº 29/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/3/2018, na pág. 14, no título, onde se lê:

“Termo de Contrato nº 29/2017”, leia-se:

“Termo de Contrato nº 129/2017”.